

RELATÓRIO DA REUNIÃO COM O MINISTÉRIO DA DEFESA

Audiência solicitada via Ofício nº. 082/2023/DN/SINASEFE, no dia 15/06/2023 (quinta-feira), 10h, no Ministério da Defesa, Bloco O, Anexo 1, 4º andar - Sala 421, com os seguintes participantes:

- Herval Lacerda Alves - Diretor do Departamento de Pessoal do Ministério da Defesa
- Maíra Ferreira Martins – Sinasefe - IFSP-SP (representante da Direção Nacional do Sinasefe)
- Emiliania da Consolação Ladeira – EPCAR
- Flávio dos Santos Barbosa - CMR-EAMPE
- Isabel Cristina Lopes da Silva – CTRB

Tema: Devolutiva da pauta aprovada no XIV-ESCIME e ratificada pela 180ª Plenária do Sinasefe

O Diretor Herval apresentou uma metodologia para a reunião que seria de acordo com pontos da pauta: Encaminhados, Atendidos e em Análise

- Começou pelo ponto nº 5 (Realização de concursos públicos para docentes e técnicos administrativos nas instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa): Em maio de 2023 já foi encaminhado, a solicitação ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI. Perguntou-nos se as demandas já foram devidamente levantadas e encaminhadas. Sugeriu que houvesse a criação de uma mesa no MGI para discussão e que, além do Ministério da Educação – MEC, o Ministério da Defesa – MD também dela participasse para apoiar as negociações;

- Em relação ao ponto nº 7 (Negociar uma possibilidade de retorno das despesas dos professores com as estruturas das aulas on-line através do abono FUNDEB), informou-nos que não é da competência do MD e sugeriu ser encaminhado ao MEC e que isso contará com o apoio do MD;

- Sobre o ponto nº 8 (Possibilitar os pedidos de redistribuição nas instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa), alegou que cada Força (Aeronáutica, Exército e Marinha), têm políticas internas próprias, mas que o MD vai criar uma mesa interna conjunta das Forças, a fim de buscar uma solução para o tema;

- Para o ponto nº 15 (Inclusão de licença pós-graduação como válida para o tempo de serviço na contagem para a aposentadoria especial), orientou-nos a encaminhar para o MGI e informar ao MD para que se alinhe conosco;

- O ponto nº 17 (Auxílio-Alimentação e Refeição para os Servidores Civis da Marinha do Brasil), representou a grande notícia, pois o Diretor informou-nos que na última terça-feira esteve com o Diretor Geral da Marinha e que este afirmou que haverá concessão do auxílio alimentação em pecúnia para os servidores dessa Força. Questões da operacionalização já estão sendo vistas, inclusive com o intuito de evitar desperdícios no rancho e que deve ser implementada uma previsão de arranchamento e/ou outras formas para os servidores que queiram almoçar na instituição. O valor de R\$ 658,00 será pago ao servidor em seu contracheque (como feito nas outras Forças) e, caso ele ainda queira arranchar, será cobrado um valor igual a etapa de rancho do Militar (cerca de R\$ 9,00);

- Quanto ao ponto nº 18 (Auxílio transporte intermunicipal para servidor acima de 65 anos), no tocante à gratuidade desse transporte, foi mencionado pelo Diretor que não há legislação vigente para tal. Dessa forma, sugeriu que fossem abertos os processos ou requerimentos de

solicitação nas Organizações Militares - OM e enviassem para o MD para análise e posicionamento;

- Para os pontos nº 4 (Retirada dos TTC's (R-1) da gestão das escolas assistenciais da Força Aérea Brasileira); nº 6 (Concessão de Dedicção Exclusiva nas instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa); nº 10 (Direito de reunião sindical dentro das instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa conforme prevê os preceitos da OIT); nº 11 (Unificar os critérios de avaliação dos EBTT e dos Técnicos Administrativos nas Instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa, respeitando as suas especificidades, com critérios factíveis e possíveis de serem alcançados); nº 13 (Criação da CPPD e de Comissão de Progressão para Titular nas Instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa onde ainda não existam), ainda não foram dados encaminhamentos por eles terem demandas de cunho político. Entretanto, já há conversas nesse sentido, a fim de aprofundar as análises e especificidades concernentes a cada tipo de instituições. Ressaltou que pensava ter sido o ponto nº 10 já superado, pois já tinha solicitado aos comandos das Forças;

- Em meio às discussões dos pontos, comentou sobre a reverberação da reunião anterior do MD com os representantes do Sinasefe e que já provocou muitos comentários. Falou ainda que as Escolas de Formação e as Assistenciais ligadas ao MD, embora atendam à LDB, sigam as determinações da BNCC, têm especificidades muito marcantes que precisam ser analisadas com calma e clareza. Neste momento, nossa representação apresentou argumentos que reforçam a necessidade de estudo do proposto nos pontos elencados sobre esse tema, com o propósito de promover uma maior democratização e uma ampliação do ingresso nas Escolas Assistenciais, principalmente. Os representantes ainda enfatizaram, o crescente adoecimento e evasão dos servidores nessas instituições de ensino;

- Na sequência reportou-se aos pontos nº 2 (Transformação das instituições de ensino vinculadas ao MD em escolas públicas gerais de ensino básico, ensino técnico e ensino superior); nº 3 (Transformar as escolas assistenciais da Força Aérea Brasileira – FAB: Colégio Tenente Regos Barros - CTRB, Colégio Brigadeiro Nilton Braga - CBNB, Escola Caminhos das Estrelas – ECE e Escola Preparatória de Cadetes do AR – EPCAR, em escolas federais); nº 4 (Retirada dos TTC's (R-1) da gestão das escolas assistenciais da Força Aérea Brasileira); e nº 9 (Solicitar a desmilitarização das escolas assistenciais da Força Aérea Brasileira): nesses pontos ele disse que há possibilidade de criação de um fórum interno para discussão sobre eles. O formato, se Grupo de Trabalho ou Grupo de Estudo, ainda não foi pensado e não é de praxe haver pessoas externas em sua composição, porém iria solicitar a participação do sindicato nesse fórum;

- Finalizando, o Diretor abordou sobre o ponto 1º (Entrega do dossiê elaborado pelas seções sindicais do Sinasefe vinculados ao Ministério da Defesa): Informou que os casos já judicializados não serão tratados, porque está numa esfera jurídica e não tinha como interferir. A mesma coisa vale para os processos já concluídos, exceto se estes apresentarem fatos novos. Disse-nos ainda que foi feita uma leitura minuciosa do documento, inclusive com assessoramento jurídico. Com base nos relatórios apresentados, os casos que não são teses, serão todos analisados, refletidos e dados os devidos encaminhamentos.

- A reunião foi encerrada então as 12:00, com possibilidade de uma próxima para conclusão dos pontos ainda não solucionados.

Comissão de Articulação e Negociação das Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa.